

OH NH UN

Newsletter

INCLUSÃO FINANCEIRA



PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

6

GOVERNADOR
DO BANCO DE
MOÇAMBIQUE

14

Rogério Zandamela

SUMÁRIO

- 6** PRESIDENTE DA REPÚBLICA
- 10** GANHOS DA INCLUSÃO PARA O PAÍS
- 14** O PAPEL DA BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE (BMM)
- 17** MISSÃO DE AVALIAÇÃO DE MÉDIO TERMO DA ENIF
- 23** O BM ACOLHE A 6ª REUNIÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CNIFO

FICHA TÉCNICA

Edição:

Gabinete de Inclusão Financeira

Redação, colaboração e fotografia:

ISSM, MTC, BVM, BMM, MINEDH-INDE ARECOM, GIF e GCI

Paginação e Design:

Gabinete de Comunicação e Imagem (BM)

Revisão:

Gabinete de Comunicação e Imagem (BM)

Endereço:

Banco de Moçambique
Tel. (+258) 21 354600
www.bancomoc.mz

Tiragem: 100 exemplares



Administradora do BM, Gertrudes Tovele

E DITORIAL

A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF 2016-2022) surge no contexto da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro aprovada pelo Governo em 2013, e prevê a implementação de acções específicas para aumentar os níveis de inclusão financeira e promover a educação e defesa do consumidor financeiro.

No âmbito da sua implementação, os grupos de trabalho criados pelo Comité Nacional de Inclusão Financeira (CNIF) aprovaram a publicação de uma **newsletter** semestral. Esta iniciativa visa incentivar o envolvimento de todos os sectores em prol da inclusão financeira no país e garantir a difusão de informação sobre as acções que têm vindo a ser realizadas na área.

Para o efeito, o Banco de Moçambique, através do Gabinete de Inclusão Financeira, coordenou com os demais intervenientes a recolha de informação para a elaboração da respectiva **newsletter**.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA

A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira – ENIF (2016-2022) foi aprovada pelo Governo Moçambicano no dia 28 de Março e lançada ao público no dia 6 de Julho de 2016.

Visão

A construção de um sistema financeiro inclusivo e abrangente que contribua para o bem estar dos moçambicanos.

Objectivos

Fornecer uma abordagem estruturada e lógica para a identificação de medidas de políticas e acções prioritárias, com vista a avançar significativamente na construção de uma sociedade financeiramente incluída em Moçambique

PILARES DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Pilar 1: Acesso e uso de serviços Financeiros

Visa garantir que as empresas e indivíduos em áreas rurais e urbanas tenham a disponibilidade, proximidade e utilização efectiva de uma gama de serviços financeiros adequados.

Pilar 2: Fortalecimento da Infraestrutura Financeira

Tem por objectivo fortalecer a segurança e eficiência do sistema nacional de pagamentos, a infraestrutura de informação financeira e a execução de garantias.

Pilar 3: Protecção do Consumidor e Educação Financeira

Visa garantir que os consumidores financeiros estejam informados, capacitados e protegidos.

Metas Globais da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira:

ATÉ 2018

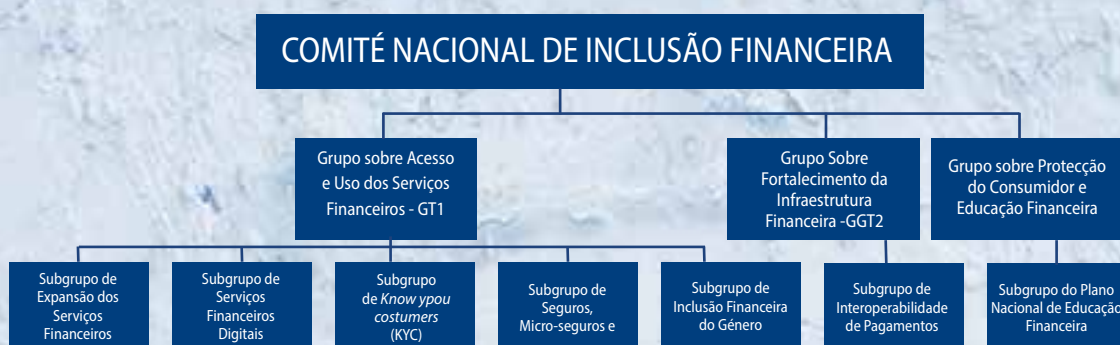
- 40% da população adulta com acesso físico ou electrónico a serviços financeiros prestados por uma instituição financeira formal;
- 75% dos distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais;
- 55% da população com um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho (a ser medido com recurso a plataforma gis mapping).

ATÉ 2022

- 60% da população adulta com acesso físico ou electrónico a serviços financeiros prestados por uma instituição financeira formal;
- 100% dos distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais;
- 75% da população com um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho(GIS).

GRUPOS E SUBGRUPOS DE TRABALHO DO COMITÉ NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Os Grupos de Trabalho do Comité Nacional de Inclusão Financeira, tem como objectivo principal identificar acções existentes a nível da ENIF, bem como, a nível dos sectores que concorrem para a inclusão financeira, as tarefas específicas conducentes a sua execução.





PRESIDENTE DA REPÚBLICA

VISITA PAVILHÃO DO ISSM DURANTE A FACIM

O Presidente da República, Filipe Nyusi, visitou o pavilhão do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) durante a 55ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), que decorreu de 26 de Agosto a 01 de Setembro de 2019, em Ricatilha, no distrito de Marracuene.

Filipe Nyusi inteirou-se do estágio de supervisão das seguradoras, onde se informou que, para além das seguradoras, o ISSM supervisiona todos os mediadores de seguros e entidades gestoras de fundos de pensões que operam no mercado nacional.

Na ocasião, o Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, sugeriu o aumento de cartazes promocionais sobre educação financeira, de modo a intensificar a propaganda das actividades do sector.

EN VISTA



DIRECTOR DO INSTITUTO
PARA O DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO

Ismael Cassamo

- 1. Qual é o papel do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) no Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH)?**

O INDE é uma instituição subordinada ao MINE-DH, com a missão de liderar a planificação e o desenvolvimento curricular, bem assim realizar investigação de base e aplicada com vista ao desenvolvimento da educação em Moçambique

- 2. Qual é o papel que o INDE desempenha na educação financeira no país?**

O INDE é responsável pela adaptação dos conteúdos produzidos pelas instituições financeiras, tendo em vista a sua inclusão nos currículos escolares o que, por sua vez, permite que os alunos

adquiram conhecimentos sobre a educação financeira e os apliquem no seu dia-a-dia.

As instituições de ensino permitem atingir um maior número da população, uma vez que os alunos tendem a transmitir o conhecimento adquirido aos seus familiares, apoiando-os na resolução de problemas. Portanto, o INDE orienta para um ensino problematizado partindo de situações concretas do quotidiano.

- 3. Como o MINEDH tem materializado as acções estabelecidas na ENIF?**

O MINEDH, através do INDE, faz uma integração transversal de conteúdos de educação financeira nos currículos escolares distribuídos a nível nacional. Participa, ainda, nas acções de capacitação

dos professores em matérias de educação financeira e monitora a implementação dos currículos de modo a ajustá-los, caso se mostre necessário.

4. *Que acções o MINEDH tem implementado para a inserção de matérias de educação financeira no Sistema Nacional de Educação?*

Os programas do Ensino Primário já foram finalizados. No 1º ciclo, da 1ª a 3ª classe, é feita uma abordagem superficial destaque para a poupança, e no 2º ciclo, da 4ª a 6ª classe, a abordagem é aprofundada e inclui conteúdos sobre a banca e seguros, tendo em conta o desenvolvimento cognitivo dos alunos. O currículo de formação de professores do Ensino Primário foi igualmente finalizado e integra conteúdos de educação social e financeira.

Está em curso o desenho do currículo do Ensino Secundário, da 7ª a 12ª classe, onde será feita uma integração transversal de conteúdos de educação financeira nas diferentes disciplinas curriculares e classes.

5. *Qual é o impacto dessas acções na inclusão financeira no país?*

O seu impacto ainda não é visível, pois ainda não foram desenvolvidas acções de monitoria e avaliação da implementação dos conteúdos de educação financeira.

Contudo, espera-se que os resultados de aprendizagem dos conteúdos contribuam, de forma significativa, na melhoria das condições de vida da sociedade moçambicana.

6. *Qual foi o critério de selecção de matérias para cada ciclo de aprendizagem?*

Os livros escolares são elaborados com base nos programas de ensino desenhados pelo MINEDH, através do INDE, nos quais se encontram os conteúdos a serem abordados em cada classe e disciplina. A selecção desses conteúdos depende de factores como o desenvolvimento psicomotor do aluno, faixa etária, relação entre os conteúdos das diferentes disciplinas curriculares e a sua relevância.



**BANCO DE MOÇAMBIQUE
E MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES PROCEDEM
AO LANÇAMENTO OFICIAL
DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO
GEORREFERENCIADO PARA
MAPEAMENTO DOS PONTOS
DE ACESSO AOS SERVIÇOS
FINANCEIROS.**



Governador do BM, Rogério Zandamela

No quadro do lançamento oficial do Mapeamento Georreferenciado dos pontos de acesso aos serviços financeiros, o Governador do Banco de Moçambique Rogério Zandamela, explicou que o mapeamento georreferenciado dos pontos de acesso aos serviços financeiros insere-se no pilar 1 da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022, referente ao Acesso e Uso de Serviços Financeiros, cujo objetivo é a melhoria da capacidade de análise combinada dos pontos de acesso aos serviços financeiros com outras potencialidades socioeconómicas do país disponibilizadas pela plataforma.



Ministro dos Transportes e Comunicações, Janfar Abdulai

Por seu turno, o Ministro dos Transportes e Comunicações, Janfar Abdulai, disse que “o acto enquadra-se no compromisso do Governo na digitalização do país, no caso vertente, no que se refere ao acesso aos serviços financeiros”.

Janfar Abdulai referiu que o Ministro dos Transportes e Comunicações concebeu o Sistema de Informação Geográfica (SIG), constituída por uma plataforma online, visando fornecer às instituições governamentais, sector privado, parceiros de cooperação, organizações não governamentais e público em geral, informações úteis para o processo de planificação integrada. “Com esta plataforma, a nossa expectativa é desenvolver uma abordagem através da qual as necessidades dos principais sectores económicos sejam tomadas em consideração as decisões sobre a provisão de infraestruturas e que atendam aos reais anseios da população” elucidou o dirigente.



GANHOS DA INCLUSÃO PARA O PAÍS

Governador do Banco de Moçambique

Rogério Zandamela

- 1. Tendo em conta os desafios e avaliando os últimos 5 anos, considera que o país tem um ambiente favorável para a implementação de acções concretas para a inclusão financeira?*

Dados actuais apontam para a melhoria do acesso geográfico e demográfico a nível nacional, sobretudo nas áreas urbanas, facto que, quando conjugado com a evolução dos indicadores de

uso, reflecte no melhoramento da prestação de serviços financeiros e aumento dos níveis de inclusão financeira no país.

Apesar dos desafios na expansão dos produtos e serviços financeiros, sobretudo nas zonas rurais, o país reúne condições e um ambiente favorável para a implementação de acções concretas rumo à inclusão financeira. Tais acções iniciaram com



FINANCEIRA

a aprovação da ENIF, ao nível das instituições do Estado, do sector privado e do sistema financeiro. Uma das principais condições para o alcance de níveis satisfatórios de inclusão financeira é o envolvimento de todos os intervenientes, incluindo a gestão do topo, na implementação das acções estabelecidas pela ENIF.

2. De acordo com a ENIF, o sector de pagamentos electrónicos apresenta grandes oportunidades para a dinamização da inclusão financeira. Como olha para esta área em particular?

Os sistemas de pagamentos electrónicos apresentam grandes oportunidades para dinamizar a inclusão financeira no país, pelo facto de se encontrar em plena modernização e expansão que se reflecte no fortalecimento dos diversos subsistemas de pagamento, com destaque para as transferências electrónicas interbancárias. Os dados estatísticos do BM mostram um aumento progressivo da utilização de instrumentos de pagamento electrónico, principalmente as transferências electrónicas interbancárias, cujo valor transaccionado aumentou, em 2015, para cerca de 37% do total dos valores processados no subsistema de compensação e liquidação interbancária.

Entretanto, essa evolução depende da melhoria da infraestrutura de pagamentos electrónicos, em particular da expansão dos pontos de acesso aos produtos e serviços financeiros, para possibilitar os pagamentos e incentivar o uso efectivo das contas bancárias e das instituições de moeda electrónica.

3. Que contributo a ENIF poderá trazer para a coordenação das acções para a inclusão financeira?

A ENIF contribui para a construção de um sistema financeiro inclusivo e abrangente, através do conhecimento, acesso e uso contínuo de produtos e serviços financeiros, que concorrem para a melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Contribui, igualmente, para o desenvolvimento económico do país, através do apoio às actividades do sector empresarial, incluindo agricultores, micro, pequenas e médias empresas.

4. Que opinião tem sobre o papel do BM na inclusão financeira no país?

O BM tem como missão promover um sistema financeiro nacional sólido e inclusivo que, por sua vez, permite:

- a) Estimular a poupança financeira, o financiamento bancário à economia e, conseqüentemente, a expansão da actividade produtiva, a redução das desigualdades sociais e a melhoria do bem-estar da população;
- b) Contribuir para a melhoria da formulação e implementação de políticas financeiras, em geral, e monetária, em particular, em resultado do aumento do controlo da circulação dos fluxos de liquidez na economia e da inflação; e
- c) Contribuir para o aumento dos serviços financeiros formais e o acesso da população a tais serviços, garantindo maior controlo da identificação dos clientes bancários e suas transacções para a protecção, integridade e estabilidade do sistema financeiro.

5. A ENIF estabelece a existência de grupos de trabalho de inclusão financeira. Qual é o papel destes grupos?

Os grupos de trabalho são órgãos técnicos de implementação do plano de acções da ENIF e estão subordinados ao Comité Nacional de Inclusão Financeira (CNIF).

6. Em 2019, o BM recebeu uma missão conjunta do Banco Mundial e a Aliança para Inclusão Financeira (AFI) para a avaliação da ENIF. Quais foram as principais recomendações desta missão?

As principais recomendações desta missão foram (i) a definição de acções concretas para alavancar o nível de cobertura de mercado e produtos de seguros no país; (ii) a revisão do quadro geral da legislação para o sector de seguros e fiscal, com destaque para a revisão do imposto do selo; (iii) a criação de subgrupos com vista a flexibilizar

acções relevantes da ENIF, para além das debatidas nas reuniões trimestrais dos grupos de trabalho; entre outras.

7. O BM e o Ministério dos Transportes e Comunicações celebraram, a 19 de Janeiro de 2018, um protocolo de cooperação visando a materialização de acções para o mapeamento georreferenciado de pontos de acesso aos serviços financeiros. Qual é o enquadramento desse mapeamento na ENIF?

O mapeamento georreferenciado dos pontos de acesso aos serviços financeiros enquadra-se no Pilar 1 da ENIF, referente ao Acesso e Uso de Serviços Financeiros.

8. Qual é o impacto deste mapeamento para a inclusão financeira?

O mapeamento vai permitir a monitoria das metas de inclusão financeira previamente definidas, assim como irá servir de ferramenta de análise para o planeamento e definição de acções prioritárias. Permitirá, ainda, às instituições de crédito e de moeda electrónica identificar necessidades de expansão geográfica dos seus serviços, considerando a concentração ou dispersão dos pontos de acesso, densidade populacional, existência de actividades económicas, vias de acesso, entre outros.

Este mapeamento representa uma mais-valia na capacidade de análise combinada dos pontos de acesso aos serviços financeiros com outras potencialidades socioeconómicas do país, disponibilizadas pela plataforma, resultando na melhoria de formulação e monitoria de políticas públicas e privadas, para a extensão da actividade financeira às zonas rurais.

9. Em 2017, o BM lançou o Sandbox Regulatório. Qual é o seu papel neste Sandbox?

O BM, através do seu Gabinete de Inclusão Financeira (GIF) e da Comissão de Acompanhamento dos Projectos do Sandbox (COAS), coordena e monitora a gestão das actividades desenvolvidas. Refira-se que a COAS é responsável pela avaliação de todas as fases de participação das *fintechs* neste regime, por forma a garantir a sua operacionalização no mercado nacional.

10. Considera que o Sandbox Regulatório do BM poderá contribuir para a inclusão financeira no país?

O Sandbox visa remover barreiras inerentes ao ambiente regulatório sobre as inovações, através

do acesso aos serviços financeiros digitais, permitindo, deste modo:

- (i) A realização de testes de produtos e serviços financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras, e assegurar a identificação de medidas de gestão e mitigação de riscos, bem assim a protecção dos consumidores;
- (ii) A concorrência e eficiência no mercado nacional através de tecnologia financeira e inovadora; e
- (iii) A introdução no mercado, de produtos e serviços financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras que contribuam para a melhoria da segurança, comodidade e redução de comissões e outros encargos.



O PAPEL DA BOLSA DE MERCADORIAS DE MOÇAMBIQUE (BMM)

OS PRINCIPAIS DESAFIOS NA LIGAÇÃO COM OS SERVIÇOS FINANCEIROS

Victoria Daniel Paulo

Presidente do Conselho de Administração da BMM

1. O que é a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM)?

A BMM é um instituto público criado em 2012, através do decreto 36/12. Trata-se de uma plataforma centralizada onde os compradores e vendedores efectuam transacções de forma organizada, com regras claramente especificadas e transparentes.

Foi criada para facilitar (i) a armazenagem, evitando as perdas pós-colheita, (ii) a comercialização, reduzindo a assimetria de informação e uma maior estabilidade da oferta e dos preços, e (iii) a construção de um elemento facilitador para a obtenção de financiamento.

A sua intervenção no mercado ocorreu em 2014. Entretanto, a eficácia da sua criação ainda não pode ser considerada de satisfatória.

2. Qual é o papel da BMM?

A BMM visa responder os problemas de comercialização, garantindo os seguintes princípios:

- Padronização de produtos e contratos (classe e padrões, termos de troca, termos de entrega e modalidades de pagamento);
- Eficiência de mercado, através de um sistema onde os intervenientes coordenam entre si, com base nos contratos padronizados;
- Integridade do sistema, através de mecanismos adequados de classificação e certificação da qualidade de produtos;
- Transparência, através de uma rápida disseminação de informa-

ção de mercados (quantidades e preços) a todos intervenientes;

- Sustentabilidade, através do fortalecimento da capacidade interna de criar um sistema sustentável de natureza financeira, material e de recursos humanos e;

- Facilitação do acesso ao financiamento ao pequeno agricultor, através da implementação do Sistema de Armazenamento com Certificado de Depósito.

3. Quais são os principais desafios da BMM na interação com os serviços financeiros?

A falta de contas bancárias da maioria dos operadores da BMM, bem como a ausência de serviços de compensação e liquidação financeira ligada ao circuito bolsista da BMM, constituem os principais desafios. Contudo, esse circuito já foi acautelado através de um memorando de entendimento assinado recentemente entre a BMM e o Banco Comercial e de Investimentos (BCI), que poderá se estender a outros bancos comerciais da praça.

4. O que é um Certificado de Depósitos de Mercadoria?

É um documento em formato físico ou electrónico, com valor de Título de Crédito, emitido pela BMM e por entidades públicas e privadas que possuem unidades de armazenamento certificadas pela BMM. Este documento contém o tipo, a quantidade e qualidade de mercadoria armazenada, bem como a localização do armazém e o nome do depositante.

5. A quem se deve conceder o Certificado de Depósito?

Os Certificados de Depósitos são emitidos para todos os operadores da BMM interessados, que tenham a sua mercadoria em unidades de armazenamento públicas ou privadas.

6. Qual é o impacto do Certificado de Depósito para a inclusão financeira no país?

O Certificado de Depósitos poderá impulsionar a comercialização agrícola através da (i) facilitação de acesso ao crédito bancário aos intervenientes que, por sua vez, poderão fazer uso da mercadoria armazenada como garantia; (ii) a provisão adequada de informação sobre qualidade e quantidades, facilitando o acesso a mercados relevantes elevando, deste modo, a competitividade; e (iii) a gestão eficaz do risco nos mercados agrícolas.





Administradoras, Director e Técnicos do BM participantes do GPF 2019

PARTICIPAÇÃO DO BM EM FÓRUMS INTERNACIONAIS

1º Fórum Global de Políticas da AFI:
"Promovendo o uso da inclusão financeira para mulheres e jovens"



Este evento contou com a participação de instituições membro da Aliança para Inclusão Financeira (AFI), parceiros das iniciativas público-privadas, doadores, observadores, entre outros. Durante o encontro o BM foi eleito presidente do grupo de trabalho de Serviços Financeiros Digitais, para um mandato de um ano.

MISSÃO DE AVALIAÇÃO DE MÉDIO TERMO DA ENIF



GBM a proferir Discurso de Abertura da Missão

O país acolheu, de 8 a 12 de Julho de 2019, a Missão de Avaliação de Médio Termo da ENIF, conduzida pelo CNIF, com o apoio de organismos internacionais, nomeadamente, o Banco Mundial, a AFI e os bancos centrais do Gana e Uganda. (Fotografia do GBM a proferir o discurso de abertura da Missão).

As principais recomendações desta missão resultaram no relatório de avaliação de médio prazo da ENIF. (Foto da primeira página do Relatório de Avaliação a Médio Prazo da ENIF)



Presidente do Banco Mundial durante o seu discurso na Missão



Troca de pastas entre o Magnífico Reitor da UDM, o Professor Doutor Severino Elias Ngoenha e o PCA da BVM, Dr. Salim Valá

BVM E UDM JUNTAM ESFORÇOS PARA A PROMOÇÃO DA LITERACIA E INCLUSÃO FINANCEIRA NA EXPANSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) e a Universidade Técnica de Moçambique (UDM) assinaram, a 15 de Março de 2019, um memorando de entendimento para o estabelecimento de relações de cooperação para a promoção da literacia financeira, bem assim a formação, investigação, extensão, disseminação de informação e debates sobre assuntos relacionados.

O protocolo tem em vista contribuir para o crescimento do mercado de capitais e promoção da literacia e inclusão financeira em Moçambique, favorecendo assim a melhoria do ambiente de negócios e a competitividade das empresas e da economia moçambicana.



Quadros do MINEDH e BVM, no evento de capacitação em matérias de BVM e SEGUROS

BVM E ISSM CAPACITAM QUADROS DO MINEDH EM MATÉRIAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em Maio de 2019, os funcionários do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) a nível da cidade de Maputo, beneficiaram-se de uma capacitação em matéria de Mercado de Capitais, Bolsa de Valores e Seguros.

A capacitação ministrada pelos quadros da BVM e do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) visou fornecer elementos básicos para que o MINEDH-INDE continue a elaborar e inserir matérias sobre alternativas de financiamento e poupança via Bolsa de Valores e Seguros nos curricula escolares, de modo que no futuro essas matérias despertem nos alunos a consciência da importância da poupança como um mecanismo de investimento para o futuro, e também do seguro, consciencializando-os sobre os diversos riscos associados a vida humana e formas de precaução.

BVM CELEBRA SEMANA INTERNACIONAL DO DINHEIRO



Representantes do ISSM, BVM e BM no evento alusivo a semana internacional do dinheiro

A BVM em parceria com o BM, o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique e apoio do FSDMoç. celebraram, a 25 de Março de 2019, a Semana Internacional do Dinheiro, cujas cerimónias centrais decorreram no Instituto Industrial e de Computação Armando Emílio Guebuza, no distrito de Boane, província de Maputo.

INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Cobertura Distrital de Bancos

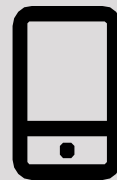
DISTRITOS COM PELO MENOS UMA AGÊNCIA BANCÁRIA

2011 2016 2019
45% **58%** **72%**



DISTRITOS COM PELO MENOS UM AGENTE IME

2011 2016 2019
31% **78%** **94%**



1% de distritos NÃO TEM PONTOS DE ACESSO aos serviços financeiros formais

24% dos distritos sem bancos têm pelo menos um AGENTE IME



2019

AGENTES DE MOEDA ELECTRÓNICA

Operam em **37**

Distritos do país que não estão cobertos por Agências bancárias



Onde residem cerca de **14%** da população adulta do país

INCLUSÃO FINANCEIRA DAS MULHERES

18%

Conta bancária comparado a 26% dos Homens



&

23%

Têm conta de moeda electrónica comparado a 21% dos Homens

O ISSM ASSINA MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM O INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO (INDE).



PCA do ISSM, Otilia Santos e o Director do INDE, Ismael Cassamo durante a assinatura de Memorando do Entendimento

Teve lugar no dia 3 de Maio de 2019 nas instalações do ISSM, a assinatura de um Memorando de Entendimento pelos titulares das duas instituições, nomeadamente, a Presidente do Conselho de Administração do ISSM, Otilia Santos, o Director Geral do INDE, Ismael Nhêze, e a Administradora Executiva do ISSM, Percina Siteo, e contou com a presença do Presidente da Associação Moçambicana de Seguradoras, Curratilaine Remane, do representante da Associação dos Corretores de Seguros de Moçambique, dos quadros do ISSM, do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), do INDE, entre outros convidados.



Administrador do BM, Felisberto Navalha e os membros dos GTs do CNIF durante a 6ª Reunião dos GTs.

O BM ACOLHE A 6ª REUNIÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DO CNIFO

BM acolheu, de 12 a 14 de Novembro de 2019, a 6ª reunião dos grupos de trabalho do CNIF, subordinado ao tema “Revisão da Estrutura de Coordenação dos Grupos de Trabalho”, no âmbito da implementação da estrutura de coordenação da ENIF (2016-2022). Este evento surge no âmbito das recomendações do primeiro encontro dos grupos de trabalho realizado em Abril de 2019 e da Missão Avaliação de Médio Prazo da ENIF decorrida em Julho do mesmo ano.

ARECOM EFECTIVA OS PROJECTOS DE PRAÇAS DIGITAIS E DE EXTENSÃO DA REDE DE TELEFONIA MÓVEL

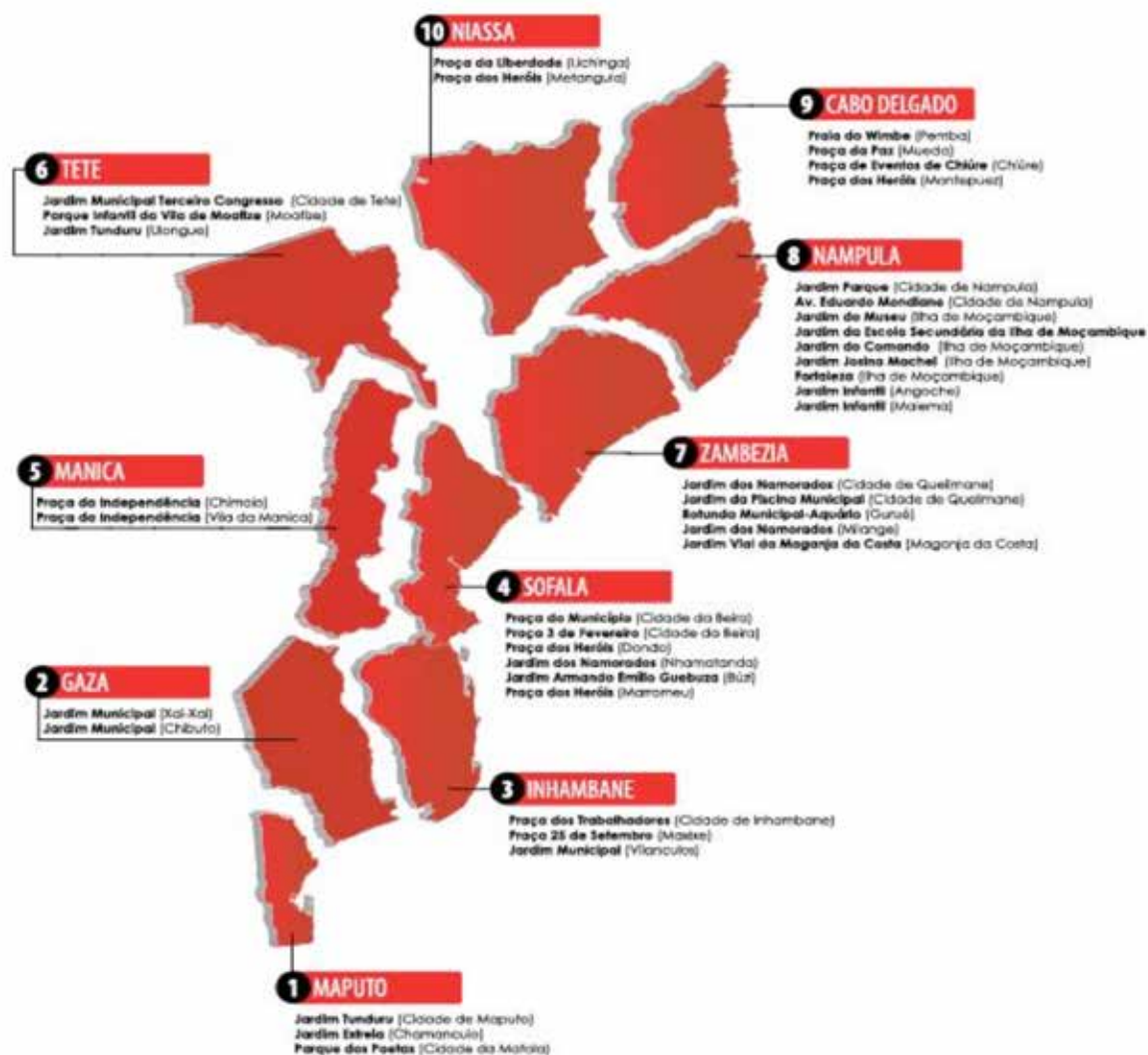
– FASE V

Projecto de Praças Digitais

O projecto financiado pelo Fundo do Serviço de Acesso Universal (FSAU) tem como objectivo providenciar acesso gratuito à Internet de banda larga em espaços públicos. Este é o maior Projecto de Inclusão Digital alguma vez implementado em Moçambique, pelo seu potencial de massificação do uso da Internet.

O Projecto está em cumprimento com Estratégia Nacional de Banda Larga, uma vez que prevê uma velocidade de transmissão de dados de 10 Mbps em cada Praça Digital e permite uma utilização simultânea de 180 pessoas por Praça, capaz de gerar 4320 acessos por dia em cada praça.

Este Projecto está a ser implementado desde Setembro de 2018 e até ao momento, foram instaladas 39 Praças Digitais e estas já geraram mais de 1.229.236 acessos, dos quais 87% do género masculino e 13% do género feminino. Este Projecto foi implementado em todas Províncias do país conforme ilustra o mapa abaixo.





ESTRATÉGIA NACIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA

2016 - 2022



40 anos promovendo a valorização do Metical

16 de Junho de 1980 - 16 de Junho de 2020

Proteja a si e a sua família!





45 anos ao Serviço do
Desenvolvimento de Moçambique

17 de Maio de 1975 - 17 de Maio de 2020

Proteja a si e a sua família!